



**SINDICATO NACIONAL DOS SERVIDORES FEDERAIS  
DA EDUCAÇÃO BÁSICA, PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**

**Seção Sindical Natal - RN  
CNPJ 03.658.820/0017-20**

**Fundado em 11/11/1988  
Filiado à **

## **ATA DA ASSEMBLEIA GERAL DO SINASEFE SEÇÃO SINDICAL NATAL/RN**

No dia sete do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e quatro, o SINASEFE – Seção Sindical Natal-RN, entidade representativa dos servidores do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN), inscrito no CNPJ sob o nº 03.658.820/0017-20, com sede na Rua Camilo de Paula, 06, Tirol, na cidade de Natal/RN, em conformidade com o seu Regimento Interno, realizou a Assembleia Geral no formato virtual: através da plataforma do Meet, no seguinte link: (<https://meet.google.com/yxf-uuab-jas> (os/as Servidores/as foram orientados a entrarem na reunião com o e-mail escolar do IFRN); e com transmissão pelo canal do SINASEFE Natal no Youtube ([www.youtube.com/c/SINASEFENatal](http://www.youtube.com/c/SINASEFENatal)), conforme edital de convocação publicado no jornal AgoraRN, no dia 04 de dezembro de 2024, quarta-feira, na página 14 - Geral, bem como no site <https://www.youtube.com/watch?v=IrcnLpUOry0> e nas redes sociais do SINASEFE Seção Natal, sendo acompanhado por todos(as) da base e a quem interessasse em participar. Inicialmente o tesoureiro Diógenes Araújo, faz uma breve apresentação de sua pessoa, cumprimentou aos presentes, reforçando o horário da primeira chamada da assembleia, no caso chamada às 8h56, apresentou a pauta. 1- Informes; 2- Deliberação para a aprovação de abertura de um novo CNPJ para o SINASEFE - Seção Sindical Natal; 3- Encaminhamentos. A segunda chamada foi às 9h15. **Diógenes** informou que para a discussão sobre a abertura de um novo CNPJ para o sindicato, foram convidados os assessores contábeis da Seção, **Wilson Júnior** e **Cinthyra Moura**, representantes da WCA Contabilidade, passando a fala para o contador **Wilson** onde ele falou que o sindicato o procurou para tirar as dúvidas sobre essa abertura de um novo CNPJ, para não ficar refém do SINASEFE Nacional. O contador informou que isso será possível e viável. Que é importante para a Seção Natal ter essa independência, onde não trará nenhum problema para o sindicato. **Cinthyra Moura** explicou que realiza parte da prestação de contas do sindicato e que alguns dos documentos ficam dependendo da Nacional. Eles mandam as informações para Nacional e enviam para os órgãos federais, onde o escritório não podem comprovar o pagamento do FGTS e INSS das funcionárias. Ela disse que com o novo CNPJ nasce uma nova instituição, uma nova entidade com poder de decisão e tomada de decisão é importante em qualquer instituição. A contadora informou que o processo para a mudança é lento, mas que o sindicato só tem a ganhar com essa alteração. **Diógenes** falou que essas questões são atribuições da pasta da tesouraria, onde visa avaliar os riscos que eles correm diariamente nos aspectos jurídico, financeiro, do aspecto das responsabilidades deles. Ressaltou a importância dessa independência, dando exemplo dos funcionários do Sindicato que precisam de uma certa segurança, assim como eles tem processos jurídicos e responsabilidades, contas a pagar todos os meses. O mesmo indaga para se imagine que a Nacional passe por algum processo de litígio e de algum tipo jurídico e por algum motivo as contas sejam bloqueadas e isso afeta também o SINASEFE Natal, porque a Seção é uma ramificação da DN. Reforça que se estar vulnerável a qualquer problema que a DN tenha, tanto financeiramente quanto juridicamente. Sendo que isso também é uma indicação da Nacional, informa Diógenes, que, para que as coisas fiquem separadas e contidas. Lembrando que esse processo e estrutura física do sindicato começou nos anos 80 e estamos a mais de trinta anos nesse



## SINDICATO NACIONAL DOS SERVIDORES FEDERAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA, PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Seção Sindical Natal - RN  
CNPJ 03.658.820/0017-20

Fundado em 11/11/1988  
Filiado à 

processo e as coisas precisam acompanhar essas alterações e serem atualizadas para que se torne eficaz ao longo do tempo. Afirma Diógenes que esta é preocupação que se traz para a assembleia, de resguardar as atividades e responsabilidades. Conter um eventual risco por ventura venha acontecer, porque até então, eles não passaram por isso nos últimos dez anos, mas não quer dizer que eles não venham passar no ano que vem. O mesmo prevê o risco e conter problemas que possam surgir, diante de um contexto tão dinâmico é que a atividade sindical, onde se lida com direitos e diretamente com processos. Diógenes traz como exemplo a realização de uma Greve, é uma questão das atividades deles e por algumas situações é possível juridicamente uma greve pode tornar um aspecto jurídico, seja judicializado, dentro desse contexto o juiz pode tomar uma atitude de bloquear as contas ou trazer uma multa para o sindicato. Tudo isso mostra o quanto a seção fica vulnerável, quando as contas estão atreladas como o sindicato que eles têm. Outra questão, apresentada por Diógenes, é que a Seção pode trazer para exemplificar a situação é que eles terão maior controle e com esse controle possibilita organizar uma estrutura para o Regimento Interno de uma forma mais sólida. O mesmo ainda apresenta outra questão para informar que é sobre os funcionários do sindicato, porque é medida não tem intenção de prejudicar os funcionários, sendo que eles sabem da importância dos funcionários para as atividades sindicais e dentro desse contexto todos os direitos deles serão resguardados, porque não é o intuito prejudica-los, pelo contrário essa escolha é para resguardar os direitos deles e a independência dentro do fazer sindical. **André Nobre** falou que uma das vantagens é possibilidade de contratar serviços pelo sindicato de forma autônoma e legalmente registrada, para que o trabalhador não tenha nenhum prejuízo com os serviços prestados para a entidade. **Diógenes** lembrou que o ato decidir aqui, não quer dizer automaticamente vai mudar o CNPJ, leva uma média de três meses. **Wilson Júnior** pontuou que a partir da aprovação o sindicato poderá abrir um novo CNPJ e conseqüentemente precisará de um novo Regimento Interno e de um Estatuto. Ele informou que toda a questão estatutária é atrelada à Nacional, então vai ser discutido um novo Estatuto, podendo seguir o da Nacional ou não, e será realizada uma nova eleição para eleger a diretoria dessa nova entidade. **Diógenes** perguntou se pode efetivar esse CNPJ junto com a eleição? **Wilson** informou que terá que fazer uma nova eleição. Todas essas dúvidas fazem parte dos itens que eles têm pensado, junto com esse processo de organização. **Diógenes** deu como exemplo a Seção Mossoró enfrentou recentemente mais de um ano de bloqueio da conta bancária, justamente porque o CNPJ deles não estava registrado como sindicato e sim como pessoa jurídica. Quando houve eleição o banco avaliou o CNPJ, confirmaram a irregularidade e bloquearam as contas sem acordo. **Fátima Oliveira** perguntou se decide mudar de CNPJ, o regimento interno que será discutido hoje será válido? **Wilson** informou pode usar o mesmo regimento com a mudança do CNPJ. A servidora **Ana Velasque** perguntou se há uma análise da assessoria jurídica sobre essa questão. **Diógenes** respondeu que foi trazido da Nacional essa demanda e que eles estão pressionando para otimizar esse ponto. Visto que 30% das seções do SINASEFE no Brasil já realizaram a mudança. Diógenes informa que a assessoria contábil está até mais capacitada para opinar nesse tema, até mais que a assessoria jurídica. **André Nobre** perguntou se na troca desse CNPJ os funcionários vão encerrar os contratos ou indenizar os trabalhadores. **Diógenes** consultou o assessor contábil, e informou que a ideia é transitar os funcionários com todos os direitos para o novo CNPJ. O contador **Wilson**, explicou que



**SINDICATO NACIONAL DOS SERVIDORES FEDERAIS  
DA EDUCAÇÃO BÁSICA, PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**

**Seção Sindical Natal - RN**  
**CNPJ 03.658.820/0017-20**

**Fundado em 11/11/1988**  
**Filiado à** 

juridicamente os trabalhadores serão apenas transferidos para o novo CNPJ. A servidora e conselheira fiscal do SINASEFE Natal **Ana Velasque** ponderou sobre a necessidade de uma análise do setor jurídico sobre essa mudança do CNPJ. Para a servidora, cada profissional tem seu campo de atuação e que as implicações e questionamentos que estavam sendo feitos precisam ser respondidos pela assessoria jurídica do sindicato. Ana comentou que quando esteve na diretoria já se discutia a estadualização do sindicato e que era necessário ampliar a discussão. A sugestão dela é que em uma Assembleia feita no sábado com o quórum pequeno, se defina algo que aparentemente seja uma questão menor, só de adequação do CNPJ, a mesma compreende que pela sua experiência de vivências na seção local e da DN, a mesma reforça que existem outras questões envolvidas e acredita que nesse momento poderia até tirar uma comissão para fazer um estudo mais aprofundado junto com a Seção Mossoró. Ela não acredita que seja uma questão tão simples, pois apesar de aparentemente parecer uma questão menor de adequação de CNPJ, a servidora entende que a mudança tem outras questões e que poderá trazer consequências, inclusive para gestões futuras, que precisam ser discutidas mais amplamente com a base. **Diógenes** informou que consultou o conselheiro Eduardo Janser e que tem mais de um ano que iniciaram esse discurso sobre a questão do Regimento Interno e debater os impactos do status do CNPJ como estão, uma ramificação do SINASEFE Nacional e que essa comissão do regimento foi criada na gestão anterior. Essa mudança do CNPJ foi uma imposição da Nacional sobre todos esses desafios que se tem como Seção Sindical, onde basicamente eles falaram assim: vocês estão atualizando o Regimento Interno, mas isso não reduziria os problemas, o quanto seria atualizar o CNPJ. Justamente por ter um CNPJ atrelado a Nacional é sofrer riscos de ter contas bloqueadas e ter prejuízos de inoperância. Que eles estão diante de um contexto preocupante, não aconteceu, mas não pode afirmar que não irá acontecer. Que esse processo é lento, que dará início hoje, mas colocará em atividade na hora que o sindicato quiser. Os representantes presentes da contabilidade deixaram claro que a diretoria escolhe o momento de ativar esse CNPJ. Que é possível fazer uma consulta jurídica nesse momento, porém, o que é preocupante é não dar continuidade a esse projeto de tentar organizar a casa. Sempre se fala que cada gestão fez benefícios dentro do sindicato e o sindicato é uma construção coletiva de todas essas gestões. Diógenes explana que dentro da gestão atual eles conseguiram dar mais clareza nas contas, fazendo tudo através do aplicativo do banco. Que esse passo que eles estão querendo dar hoje, seria uma contribuição enorme para aqueles que virão. Seria fazer um alicerce, caso futuramente eles queiram buscar uma carta sindical, eles terão um alicerce pronto e independente, seguindo o exemplo da Paraíba e Alagoas, eles são sindicatos próprios, tem CNPJ próprios e são filiados ao SINASEFE Nacional. Esses sindicatos tem esse escudo que os protege de qualquer situação jurídica que possa refletir nas outras seções. Esse procedimento é uma atualização, tentativa de se adequar a realidade e nada impede de procurar a assessoria jurídica para esclarecer todas as dúvidas e essa contribuição é fundamental. O mesmo relatou que infelizmente não foi possível marcar a assembleia em outro dia, porque a situação dos servidores piorou bastante após a greve e que foi disponibilizado para consulta, a mais de dois meses no site do SINASEFE Natal a Minuta do Regimento Interno. **Wilson** ressaltou a importância de consultar o assessor jurídico do sindicato e que contabilmente falando que tudo que eles falaram na assembleia é possível. **André Nobre** falou que essa é uma decisão técnica e não é uma decisão



**SINDICATO NACIONAL DOS SERVIDORES FEDERAIS  
DA EDUCAÇÃO BÁSICA, PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**

**Seção Sindical Natal - RN**  
**CNPJ 03.658.820/0017-20**

**Fundado em 11/11/1988**  
**Filiado à** 

política, que na opinião dele os discursões políticos são bem mais aprofundadas e importantes dentro do sindicato. Que a relação técnica está mais ligada a diretoria. Lembrando que a diretoria está dialogando com a base. Falou da dificuldade de fazer parte da diretoria, que esperar o momento certo para ter esse time é muito complexo. No ponto de vista dele por se tratar de uma questão técnica, que vai facilitar a autonomia, que seria bom evitar o prolongamento dessa decisão. Tem que dar celeridade nesse processo, mesmo com o quórum pequeno. **Diógenes** agradeceu a contribuição da servidora Ana Velasque. **Fátima Oliveira** falou que ficaram algumas dúvidas em relação a criação do novo CNPJ com a possibilidade de ficar para julho, com a virada da diretoria. Que ela faria outra proposta de não deliberar agora e de organizar todo o processo para que eles possam construir isso a partir de julho. A mesma falou que é uma questão técnica, mas também é política. Que existe outras questões, exemplo o Campus Pau dos Ferros que faz parte da Seção Natal, porém, existe um discursão por ser mais próximo de Mossoró deveria fazer parte ou não da Seção Mossoró e isso é uma questão que vai impactar no CNPJ. **Diógenes** esclareceu as dúvidas da servidora e diretora Fátima Oliveira. **O coordenador Fernando Varella** falou que na questão de ordem manter a votação de forma nominal e coloca no chat para quem estiver de forma virtual, abrir para regime de votação e as pessoas votam se primeiro vão abrir o processo ou não e sendo aprovado, daí iriam para um segundo momento que seria o desdobramento de quando será efetivado esse CNPJ, seria na transição das diretorias. **Francisco Dias** falou que as questões colocadas são coisas diferentes, que conforme André Nobre havia falado a questão da mudança do CNPJ é técnica e irá acontecer porque foi uma orientação da DN, para registrar a ata entre outras coisas tem de ser enviada para Brasília e isso é muito ruim, porque eles ficam penalizados pela burocracia. Em relação da possibilidade de juntar Natal e Mossoró é outra discursão e não tem relação com o CNPJ, não implica, porque eles já tentaram fazer essa discursão e é mais uma discursão política. Hoje eles não têm esse problema de mobilidade, de que campus é ligado a outro, porque é um sindicato nacional e não estadual, onde não faz nenhuma diferença. Todavia, se fosse um sindicato estadual isso seria invasão de base. O Coordenador Geral **Diego Cirne** informou que a mesa aceitou o encaminhamento de Fernando Varella. Após os questionamentos da base e devidos esclarecimentos, a pauta foi colocada em regime de votação e com sete votos favoráveis e duas abstenções a plenária aprovou o início do processo para mudança no CNPJ. Participaram da Assembleia o Coordenador Geral, Fernando Luis Varella, a Coordenadora Geral Fabiana Teixeira Marcelino, o Coordenador Geral Diego Cirne, Diretora de Formação Política e Sindical Fatima Maria de Oliveira e o tesoureiro Diógenes Mendes Araújo. Nada mais tendo a declarar, eu, Diógenes Mendes Araújo, coordenador dos trabalhos da mesa, lavro e assino esta Ata.

Natal/RN, 07 de dezembro de 2024.

Diógenes Mendes Araújo